

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

**Filosofia Política,
Educação, Direito e
Sociedade 7**



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade 7

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 7 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 7)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-100-8

DOI 10.22533/at.ed.008190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caros leitores,

Bem-vindos ao livro *Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade*.

Meu desejo é construir junto com vocês alguns modos de existência experiências filosóficas diversificadas e intensas!

O livro permitirá entrar no mundo fascinante em que o pensamento se pensa a si mesmo. Se vocês já têm contato com a reflexão filosófica, encontrarão aqui caminhos para ir mais longe.

Tudo neste livro foi elaborado com cuidado para oferecer possibilidades de compreender filosoficamente a nós mesmos, aos outros e ao mundo.

Os volumes abrem as portas da Filosofia aos que não a conhecem e convida os que já a conhecem a atravessá-las com olhar renovado com uma coleção de temas bastante significativos em nossa vida cotidiana e que aqui são tratados filosoficamente. Contribui para o estudo sistemático da história do pensamento filosófico seja individualmente, seja com seus companheiros de escola, vocês poderão ler este livro de maneira linear, quer dizer, indo do começo ao fim.

O livro contém ainda uma grande quantidade de textos além de recursos culturais (documentos científicos, filmes, obras literárias, pinturas, músicas etc.) dos quais nascem as reflexões aqui apresentadas ou que podem ser tomados como ocasião para continuar a filosofar.

O que proponho é que filosofemos juntos, quer dizer, que pratiquemos juntos atos filosóficos em torno de assuntos diversos, procurando desenvolver o hábito da Filosofia ou do filosofar. Vocês perceberão que a atividade filosófica vai muito além da formação escolar, porque envolve muitos senão todos aspectos da nossa vida. No entanto, a escola continua sendo um lugar privilegiado para praticar a Filosofia, pois nela temos a possibilidade de nos beneficiar da companhia de nossos professores, amigos, colegas e todos os membros que compõem o ambiente formativo.

Espero que vocês aproveitem ao máximo a minha proposta e tenham o desejo de ir além deste livro, encontrando os próprios filósofos e filósofas, obtendo muito prazer com a atividade de pensar sobre o próprio pensamento.

Toda filosofia é um combate. Sua arma? A razão. Seus inimigos? A tolice, o fanatismo, o obscurantismo. Seus aliados? As ciências. Seu objeto? O todo, com o homem dentro. Ou o homem, mas no todo. Sua finalidade? A sabedoria. Este livro é uma porta de entrada para a filosofia, permitindo ao leitor descobrir as obras para constituir futuramente sua própria antologia.

Com o objetivo de ampliar as discussões sobre as políticas públicas de educação no Brasil contemporâneo, com fundamentação histórica e filosófica, o projeto procurou possibilitar a reflexão sobre as formas de contribuição dos movimentos sociais para a sua ampliação, as lutas pelo reconhecimento da diversidade dos seus sujeitos, assim como levantar questões que condicionam as políticas de inclusão aos determinantes

econômicos.

Ciente da complexidade das discussões propostas nesta publicação, visamos agregar e divulgar para a comunidade acadêmica, profissionais da educação, representantes dos movimentos sociais e instituições interessadas no tema, algumas reflexões sobre as políticas públicas de educação implementadas no Brasil após a Constituição Federal de 1988 – Constituição Cidadã. Agradecemos a todos que contribuíram para esta publicação, principalmente aos autores que disponibilizaram artigos. Esperamos que este livro venha a ser um importante instrumento para os avanços na concretização das políticas de educação no Brasil contemporâneo.

Boa leitura!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO HOSPITALAR E A IMPORTÂNCIA DOS CUIDADOS PALIATIVOS	
Bárbara Alves de Jesus	
Fernanda Duarte Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.0081904021	
CAPÍTULO 2	8
O ESPAÇO RESERVADO AO LÚDICO NA ROTINA DE TRABALHOS EM UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
Fabiana Aparecida Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.0081904022	
CAPÍTULO 3	16
PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO FÍSICA EM MOVIMENTO: PRÁTICAS INCLUSIVAS NA UFG/RC	
Thais Ferreira dos Santos	
Aline Rosa da Costa	
Thimoteo Pereira Cruz	
Nubia de Fatima Felix Ferreira	
Tacila da Costa Marinho	
Isabella Oliveira Pacheco	
Nayane Alves Pereira	
Laryssa Silva Santana	
DOI 10.22533/at.ed.0081904023	
CAPÍTULO 4	25
FORMAÇÃO CONTINUADA EM ONTOPSICOLOGIA: SIGNIFICADOS E SENTIDOS	
Carmen Ivanete D`Agostini Spanhol	
DOI 10.22533/at.ed.0081904025	
CAPÍTULO 5	37
JUVENTUDE, CULTURA MUDIÁTICA E EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI	
Luiz Fernando Ribeiro de Paiva	
José Carlos Souza Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.0081904025	
CAPÍTULO 6	44
A PERSISTÊNCIA DOS CAMPONESES NA PROPRIEDADE RURAL: UM ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE RIBEIRÃO EM CATALÃO (GO)	
Matheus Santos Medeiros	
Hugo Henrique Sousa de Lisboa	
João Manoel Borges de Oliveira	
Mariana Melo Mesquita de Siqueira	
Rener Rodrigo Pires	
Talita Neri Caetano de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0081904026	

CAPÍTULO 7	52
O ENSINO EM MATO GROSSO SEGUNDO O OLHAR DO PRESIDENTE DE ESTADO DOM AQUINO CORREA	
Emilene Fontes de Oliveira Thalita Pavani Vargas de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.0081904027	
CAPÍTULO 8	63
REDESCOBRINDO O HUMANO: ANTAGONISMOS COLETIVOS E A BUSCA PELA EMANCIPAÇÃO	
Gisele da Silva Rezende da Rosa Josiane Custódio de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.0081904028	
CAPÍTULO 9	68
TRADUÇÃO E EQUIVALÊNCIA: UMA ANÁLISE CONTRASTIVA ENTRE O DISCURSO ORIGINAL DE DONALD TRUMP E SUA RESPECTIVA TRADUÇÃO	
Maria Laura Golfiere Moura Leila Maria Gumushian Felipini	
DOI 10.22533/at.ed.0081904029	
CAPÍTULO 10	84
REFLEXÕES SOBRE A AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM A PARTIR DE FILMES E DOCUMENTÁRIOS	
Paula Santana Carvalho Adriana Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.00819040210	
CAPÍTULO 11	97
REFLEXÕES SOBRE LITERATURA E CINEMA E BREVE DISCUSSÃO SOBRE A PERSONAGEM FEMININA	
Carla Rosane da Silva Tavares Alves Andréia Mainardi Contri	
DOI 10.22533/at.ed.00819040211	
CAPÍTULO 12	109
SABERES E PRÁTICAS EM PROCESSOS FORMATIVOS DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO POPULAR	
Lucinete Gadelha da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.00819040212	
CAPÍTULO 13	119
REALIZANDO PESQUISAS COM BEBÊS E CRIANÇAS PEQUENAS: CENAS DO PROTAGONISMO INFANTIL	
Viviane dos Reis Silva Tacyana Karla Gomes Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.00819040213	

CAPÍTULO 14	128
PRIMEIRAS LIÇÕES DE CULTURA E CIDADANIA NO <i>SEGUNDO LIVRO DE LEITURA PARA A INFÂNCIA</i> : NA ESCOLA E NO LAR, DE THOMAZ GALHARDO	
Valdeci Rezende Borges Elmar Severino Ribeiro Junior	
DOI 10.22533/at.ed.00819040214	
CAPÍTULO 15	144
PESQUISAS COM CRIANÇAS EM CONTEXTOS RURAIS: VISIBILIDADES, APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E REFLEXÕES	
Patrícia Júlia Souza Coêlho	
DOI 10.22533/at.ed.00819040215	
CAPÍTULO 16	154
OS MANUAIS DE CIVILIDADE NO JORNAL, <i>O PUBLICADOR</i> (1862-1886)	
Carolina Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.00819040216	
CAPÍTULO 17	164
UM ESTUDO SOBRE A DEMANDA DO CURSO TÉCNICO EM PESCA DO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ, CAMPUS ACARAÚ, NA VISÃO DOS PAIS DOS ALUNOS DA 3º ETAPA DO ENSINO MÉDIO	
Juliane Vargas	
DOI 10.22533/at.ed.00819040217	
CAPÍTULO 18	177
OS VALORES SOCIAIS E O ENSINO SUPERIOR NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO	
Herika Paiva Pontes Luana de Sousa Oliveira Rafaela Lima Nascimento Maria Helena de Agrela Gonçalves Jardim Geraldo Bezerra da Silva Júnior Mirna Albuquerque Frota	
DOI 10.22533/at.ed.00819040218	
CAPÍTULO 19	184
POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E CAMPESINATO: DA COLÔNIA AGRÍCOLA AO IF GOIANO <i>CAMPUS CERES</i>	
Marco Antônio de Carvalho Claudecir Gonçalves Léia Adriana da Silva Santiago	
DOI 10.22533/at.ed.00819040219	
CAPÍTULO 20	198
POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE – A NORMA GERAL DE AÇÃO (NGA) DO COLÉGIO MILITAR DE CAMPO GRANDE (CMCG) – MS	
Ferdinanda Dias de Oliveira Kloppel	
DOI 10.22533/at.ed.00819040220	

CAPÍTULO 21 210

EMPRESA: OPORTUNIDADE PARA O JOVEM FAZER, SABER E SER -A PEDAGOGIA DA AÇÃO: DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL E PRÁTICO

[Bernardina Teresinha Amantino](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040221

CAPÍTULO 22 214

PERFIL DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL II E A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DOCENTE

[Carla Geovana Fonseca da Silva de Castro](#)

[Luciane Helena Mendes de Miranda](#)

[Vera Maria Nigro de Souza Placco](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040222

CAPÍTULO 23 226

PERFIL DE PRODUTORES AGRÍCOLAS E EDUCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: CONSIDERAÇÕES PARA PARTICIPANTES DE FEIRA AGROECOLÓGICA, ASSISTIDOS PELA ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE BASE – CRATO – CE

[Valéria Feitosa Pinheiro](#)

[Guilherme Silva Nascimento](#)

[Christiane Luci Bezerra Alves](#)

[José Alex do Nascimento Bento](#)

[Adriana Correia Lima Franca](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040223

CAPÍTULO 24 238

A CATEGORIA TRABALHO EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL

[Ingridy Lammonikelly da Silva Lima](#)

[Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida](#)

[José Rangel de Paiva Neto](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040224

CAPÍTULO 25 249

A COMISSÃO DE SANEAMENTO E PROFILAXIA RURAL DA PARAÍBA: OS LIMITES DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

[Silvera Vieira de Araújo Holanda](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040225

CAPÍTULO 26 261

TERRITÓRIOS MULTIDIMENSIONAIS: INTELIGENCIA CULTURAL E EDUCAÇÃO SOCIAL EM COMUNIDADES FAXINALENSES DO PARANÁ

[Tiago Augusto Barbosa](#)

[Franciele Moreto](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040226

CAPÍTULO 27 270

RESULTADO DO PISA NO PIAUÍ: O QUE MUDA NA GESTÃO EDUCACIONAL?

[Nemone de Sousa Pessoa](#)

[Jovina da Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040227

CAPÍTULO 28 284

A CIDADE NOS FAZ PENSAR

Daniela da Rosa Molinari

Marcele Scapin Rogério

DOI 10.22533/at.ed.00819040228

CAPÍTULO 29 295

REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL E ESTUDOS DE GÊNERO

Solange Aparecida de Souza Monteiro

Karla Cristina Vicentini de Araujo

Viviane Oliveira Augusto

Gabriella Rossetti Ferreira

Paulo Rennes Marçal Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.00819040229

SOBRE A ORGANIZADORA..... 304

PRIMEIRAS LIÇÕES DE CULTURA E CIDADANIA NO *SEGUNDO LIVRO DE LEITURA PARA A INFÂNCIA: NA ESCOLA E NO LAR*, DE THOMAZ GALHARDO

Valdeci Rezende Borges

Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão,
Unidade Acadêmica Especial de História e
Ciências Sociais.
Catalão – Goiás

Elmar Severino Ribeiro Junior

Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão,
Unidade Acadêmica Especial de História e
Ciências Sociais.
Catalão – Goiás

RESUMO: É objetivo, neste texto, abordar alguns temas importantes para a formação da criança como ser social e histórico, como cidadão, tendo como suporte documental o *Segundo Livro de Leitura para a Infância* – na escola e no lar, de Thomaz Galhardo. O imaginário social e as representações culturais figurados nesse livro escolar são tidos aqui como expoentes de um processo de formação cultural, moral e religiosa, que envolveu nossa sociedade desde sua publicação em fins do século XIX até os dias atuais. Nos estudos da História Cultural, esses aspectos de composição ou constituição social ganham notoriedade dada sua importância, e o livro acima referido possuiu papel relevante na educação dos indivíduos que a compõem, ao se ter como objetivo esquadriñar a formação educacional que nos antecedeu. Observa-se que o referido livro funciona como um guia de

orientações à vida prática e cotidiana da criança visando a sua inserção na sociedade brasileira com seus ditames moralizantes, republicanos, católicos, higienistas e trabalhistas.

PALAVRAS-CHAVE: *Segundo Livro de Leitura para a Infância*, Thomaz Galhardo, Cidadania, Imaginário.

ABSTRACT: This text aims to address important topics for children background as social and historical being as well as a citizen too. For this, it considers *Segundo livro de leitura para a infância* [meaning “second book of reading for children”], a book by Thomas Galhardo, as historical source. Social imaginary and cultural representations the book content shows are taken as exponents of a process of cultural, moral and religious background that involved Brazilian society from the time its was published (late nineteenth century) to nowadays. Given their importance, aspects of composition or social constitution — and Galhardo’s book had a relevant role in education in such society — has gained notoriety in cultural history studies when it comes to scrutinize past education. Such book works as a guide to practical and everyday life of children in their entering into Brazilian society, then permeated by moralizing, republican, catholic, hygienist and labor principles.

KEYWORDS: *Segundo livro de leitura para a infância*, Thomaz Galhardo, citizenship,

imaginary.

1 | INTRODUÇÃO

O livro escolar, já mencionado, recebeu, em 1938, sua 59ª edição e aborda, de modo transdisciplinar, as primeiras noções da sociedade e de sua cultura oferecidas às crianças em pequenos contos moralizantes, que tratam de temas como disciplina, trabalho, verdade, honra, vaidade, desmazelo, dever, comunicação, ordem, atividades e ações, datas cívicas... dentre outros.

Os livros de leitura desempenham papel de relevo na formação escolar e na constituição do sujeito-leitor como membro de uma sociedade e cultura. Tal tipo de literatura intenciona iniciar a criança no aprendizado e na aquisição das noções sociais básicas, sendo o primeiro passo do saber linguístico e cultural, representando a saída do analfabetismo e a entrada no letramento e nas percepções que se relacionam com a cultura escolar e geral.

O referencial teórico adotado segue vertente da História Cultural, marcada pela viragem antropológica e pelas teorias literárias, atenta às questões culturais. História que se propõe observar no passado, num contexto social, “os mecanismos de produção dos objetos culturais”, bem como seus mecanismos de recepção, que é pensada como forma de produção de sentidos, seja da “grande produção vulgar, ou da produção refinada, [...] que é a ‘obra-prima’” (DUBY, 1989, p. 126-127). Recepção que, segundo Ricoeur (1997, p. 287, grifo do autor), pode ser designada pela “própria ação de lê-lo”. Para esse autor, por meio da leitura, a narrativa atinge o leitor obtendo a função de significância ao permitir relacionar o mundo do texto com seu mundo, agindo sobre ele, levando-o a uma experiência própria de refiguração.

Compreende-se a escrita e a leitura como indivisíveis e contidas no texto, plano intermediário entre a produção e a recepção, articulador da comunicação e veiculador de representações que, apropriadas, inventam e produzem significados. Se as narrativas constroem representações do real e a leitura abre o mundo do texto para o do leitor, que pode ter seu mundo transformado, visamos compreender os sentidos dados às práticas sociais figuradas no livro de leitura considerando a tríade (escrita, texto e leitura) inserida num contexto cultural (PESAVENTO, 2004). Se todo documento é representação e as representações são matrizes de práticas sociais e culturais, agindo na construção do mundo (CHARTIER, 1990); se o documento é “monumento” (LE GOFF, 1990), buscamos desvelar sua construção, sua finalidade e intencionalidades, para refletir sobre o imaginário social nele veiculado. O ensino das primeiras letras para crianças produz e reproduz saberes de um projeto social de conformação infantil à sociedade, alimentando uma cultura inerente ao projeto republicano de educação. Por meio do encanto, da sedução, as representações difundidas oferecem um imaginário construtor de identidades (GAETA, 2013).

Assim, investigamos as imagens escritas, as visões de mundo, as ideias e as atitudes, os valores e os comportamentos constituintes do imaginário social, edificado nas representações do livro de leitura para a infância, de Galhardo, voltado à função educativa de informar e formar gerações de cidadãos, fazendo-lhes a cabeça. Abordamos temas e questões ligados à vida prática e às relações cotidianas do sujeito como ser social, formadoras de seu capital simbólico, de hábitos e valores, produtores de um bom cidadão no futuro, mediante os discursos moralizantes no livro presentes, os quais agem como exercícios disciplinadores e preparatórios da criança para vida social, ao transmitir-lhes noções fundamentais sobre o ambiente social e cultural.

Para Bloch (2001), o historiador, por meio de um método regressivo, parte dos problemas do presente rumo ao passado e, assim, pautamo-nos em questões da constituição do cidadão na atualidade, rumando aos anos de 1930, para observar, na obra eleita, configurada em literatura de formação da criança como cidadão, aspectos de tal procedimento. A família, vista como átomo da sociedade civil, fora marcada desde o início do século XX por novas inquietações, tensões e transtornos do mundo contemporâneo, muitos atrelados aos movimentos juvenis, e, portanto, centramos nossa atenção nos valores que regulavam a vida social, as práticas e os mecanismos disciplinares aí veiculados.

2 | LITERATURA, LIVRO ESCOLAR, AUTOR E CONTEXTO

A literatura como fonte histórica, documento histórico, conforme Ferreira (2009, p. 66), consiste em uma forma de “representação (ou imitação) do mundo”, ou seja, é uma escrita artística que representa a realidade de uma sociedade, constituindo um imaginário social, entendido aqui como imaginação e um conjunto de imagens (MORIN, 1977, p. 126). Logo, um imaginário que possui suas bases fundadas na realidade vivida. O texto literário realiza uma “transfiguração da realidade” (FERREIRA, 2009, p.67).

A expansão e a diversificação das fontes usadas pelo historiador, fato possibilitado pelo movimento dos *Annales*, viabilizaram que a literatura fosse usada na produção do conhecimento historiográfico de maneira mais ampla, sem as restrições impostas pelos metódicos. Isto ocorreu, particularmente, a partir da chamada História das Mentalidades, pertencente à terceira geração do movimento dos *Annales*, que se configura como uma forma de história cultural.

A ampliação do repertório das fontes históricas e a metamorfose do próprio conceito de fonte inseriram-se no crescente movimento de renovação da historiografia do século XX, ocorrido primordialmente na França [...]. colocaram em pauta uma História-problema, orientada para compreensão da complexidade e da totalidade das experiências humanas. É assim que passaram a dar ênfase aos processos sociais e econômicos, e, nas décadas seguintes também aos aspectos mentais das civilizações. (FERREIRA, 2009, p.63).

No Brasil, a literatura se tornou objeto mais presente nos estudos históricos a partir

da década de 1980, com a chamada Nova História Cultural. Ela tem sua importância reconhecida para a produção do conhecimento histórico por ser objeto da construção humana e tratar de suas experiências sociais no tempo, “sendo materiais propícios a múltiplas leituras, especialmente por sua riqueza de significados para o entendimento do universo cultural” (FERREIRA, 2009, p. 61).

Permeada de subjetividade, a literatura não está comprometida com uma descrição fiel da realidade ou com a veracidade de fatos, pautando-se na noção de verossimilhança, ou seja, naquilo que o contexto social e histórico aceita, permite e concebe como possível de acontecer. Subjetividade e objetividade interagem no ato criativo e, relativamente, livre na produção literária, que é mediada pela estética empregada pelo autor e influenciada pelo imaginário social, isto é, pelo “conjunto das imagens e relações de imagens que constitui o capital pensante do *homo sapiens*” (DURAND, 2001, p.18). Sendo a literatura representação da realidade, capaz de criar, transformar ou manter as estruturas de uma sociedade, devemos analisar, além do conteúdo de uma obra, seu contexto social e cultural, seus elementos estéticos, a trajetória, as posições e ações de seus autores, bem como as intencionalidades deles ao produzir seus textos.

Consideramos a literatura como forma de expressão de determinados indivíduos ou grupos, enraizados em determinada sociedade, em um determinado espaço, tempo e cultura, com seus valores sociais, éticos e morais, dominantes ou específicos de certos grupos ou categorias sociais. Contexto e forma de expressão que são passíveis de definições e opiniões internas e externas; de manifestação de um papel e uma postura social, sendo impregnados de intencionalidades, conscientes ou não; permeados por instâncias de legitimação política e social, com as quais dialogam, ignoram ou rivalizam. Caso esses aspectos, próprios ao tempo do qual “fala” a obra examinada, sejam ignorados, poderemos cair em anacronismos.

No vasto campo desse tipo de fonte histórica, literária, iremos nos deter e aprofundar em um tipo específico de literatura, logo, de documentação, que se trata do livro didático, em específico, do livro de leitura para os anos iniciais do ensino fundamental, material escolar voltado para a infância, para a criança. Este tipo de literatura é uma base imprescindível para discutirmos a formação do indivíduo como ser social e histórico, bem como a estruturação da sociedade a qual o livro escolar representa e dita seus valores “morais, éticos, sociais, cívicos e patrióticos” a seus leitores (CORREA, 2000, p.11). Para entendermos melhor certa época e sociedade, podemos recorrer ao livro escolar que nos diz muito a seu respeito, pois é por intermédio dele que são difundidos valores e certas ideias vigentes, que levarão os indivíduos a se constituírem socialmente.

o livro didático interessa igualmente a uma história da leitura porque ele, talvez mais ostensivamente que outras formas escritas, forma o leitor. Pode não ser tão sedutor quanto às publicações destinadas à infância (livros de histórias em quadrinhos), mas sua influência é inevitável, sendo encontrado em todas as etapas da escolarização de um indivíduo: é cartilha quando alfabetização; seleta, quando

da aprendizagem da tradição literária; manual quando do conhecimento das ciências ou da profissionalização adulta, na universidade. (CORREA, 2000, p.14).

Daí sua tamanha importância para o estudo histórico de uma determinada época, sociedade e região, pois o livro didático, intelectualmente formador, é material do qual o aluno carrega o que dele apreende ao longo de sua vida, não apenas acadêmica, mas social, em âmbito geral. Concebido de tal forma, o livro escolar passa a ser visto como instrumento político e moralizador, empregando variados tipos de linguagem (contos, poesias, ilustrações, etc.), de acordo com a faixa etária do público alvo a que se destina. Devemos notar que o livro didático, dentre eles o de leitura, é direcionado para as grandes massas, tendo, assim, sua produção e aplicação controlada pelas instituições sociais, como as estatais, como ressalta Corrêa.

não se pode perder de vista a existência da política do livro didático visando à formação das massas populares com base em conhecimentos a que estas deveriam ou não ter acesso, o que significa não só o controle sobre os conteúdos escolares a serem ensinados e, de certo modo, o controle sobre as práticas escolares, como também sobre a produção desse tipo de livro. (CORREA, 2000, p.17).

Dentre os momentos históricos é que se nota, com mais clareza, a utilização desse tipo de material didático como veiculador e norteador de ideias políticas e institucionais, aqueles de regimes ditatoriais ou autoritários se destacam, como do governo de Getúlio Vargas no Brasil (1930-1945), bem como durante o regime Franquista na Espanha (1939-1936), pois “a interferência do poder no campo educacional é muito mais intensa nos regimes autoritários” (CAPELATO, 2009, p.118). O livro didático é um instrumento de mediação política, pois tal ação consiste em uma prática de interferência social. Sendo assim, ele também deve ser estudado não apenas em um contexto político, mas também cultural. Dentro desse cenário, é forte a presença do livro didático na formação do indivíduo como ser social e pertencente a uma dada nacionalidade e cultura. “A história que nos ensinaram quando éramos crianças nos marca para o resto da vida” (CAPELATO, 2009, p.119). O livro didático, posto como fonte de um saber benéfico para o indivíduo, em sua maior parte, é atravessado de intencionalidades e manipulações políticas, morais, religiosas, etc. travestidas de conhecimento neutro e objetivo, sem partido político.

Os livros escolares infantis produzidos durante o franquismo, sobretudo nas primeiras décadas, quando a construção do Novo Regime se fez num cenário de crise decorrente da sangrenta Guerra Civil, tiveram papel importante no que se refere à veiculação de um imaginário coletivo religioso e patriótico. (CAPELATO, 2009, p. 121).

Em relação à intervenção política no cenário educacional brasileiro durante o Estado Novo (1937-1945), em que Getúlio Vargas foi presidente do país, o governo se mostrou ativo no que se refere à doutrinação por meio do livro didático. O livro didático aqui analisado fora publicado no final do século XIX e usado ao longo do século XX, encontrando-se em atividade educativa durante o governo de Vargas, ou seja, fora utilizado anteriormente ao regime varguista, na época deste e posterior a

ele. É material carregado de intencionalidades nacionalistas e patrióticas, que reforça o nacionalismo, o patriotismo e o ideal de uma juventude empenhada na educação e no trabalho. É um livro voltado para produzir um padrão de obediência e subserviência no mundo do trabalho, favorável ao governo de Vargas e à sociedade disciplinada.

[...] durante o Estado Novo, os investimentos na nacionalização do ensino e na alfabetização vão estar presentes no ensino primário, expressando-se mais intensamente na produção de materiais didáticos, como recursos transformados em armas de propaganda política do regime. (VAZ, 2006, p.34).

O bem material e simbólico por nós analisado foi adotado por longo tempo na educação primária brasileira e se trata de um tipo específico de literatura, ou seja, uma obra didática voltada para o ensino da leitura e que formava a biblioteca do estudante brasileiro nos fins do século XIX e na primeira metade do século XX. Essa obra foi redigida por Thomaz Galhardo, renomado escritor na área do ensino. Nascido em 29 de dezembro de 1855, na cidade de Ubatuba, no Estado de São Paulo, na juventude, mudou-se para a capital, onde estudou na Escola Normal, dedicando-se, a seguir, ao ensino público. Conforme Apolinário (2012, p. 18-19):

ocupou os mais altos cargos magistrais na capital. Participou de comissões examinadoras, representou o professorado no Congresso Pedagógico do Rio de Janeiro. Como secretário geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo elaborou, em 1892, o regulamento do Ginásio do Estado de São Paulo e da Escola Politécnica. Além disso, foi promotor público interino da comarca de Santos, onde, em 1871, exerceu o magistério e foi diretor e sócio fundador da União Pedagógica e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Aposentou-se no cargo de subdiretor da secretaria do interior do estado em 18 de novembro de 1897 [sic. Possivelmente 1897] Por sua dedicação e relevante personalidade nas letras e no ensino do país, recebeu o grau de “comendador” pelo imperador D. Pedro II.

Seu mais notável trabalho foi a *Cartilha da Infância*, de 1880, que foi empregada no ensino brasileiro até o ano 1992, quando chegou a sua 233ª edição. Em 1890, a *Cartilha* foi editada e ampliada. Diante de algumas dificuldades financeiras, Galhardo vendeu os direitos autorais da *Cartilha* para a Livraria Francisco Alves, que se especializou em publicar livros escolares. O mesmo veio a acontecer com seus dois outros livros: o *Segundo Livro de Leitura para a Infância: na escola e no lar* e o *Terceiro Livro*, que são obras complementares à *Cartilha da Infância* e foram publicados ainda nas últimas décadas do século XIX. Além dessas obras didáticas, de grande relevância no cenário educacional brasileiro, Galhardo escreveu diversos outros livros didáticos “que foram usados desde o século XIX até o fim do século XX”. (SANTOS, 2007, p.335). Galhardo faleceu em 30 de junho de 1904.

O *Segundo Livro de Leitura para a Infância* é um material didático com princípios voltados ao ensino escolar, apresentando-se como, supostamente, mais educativo do que os métodos empregados, até então, no que refere à leitura e ao entendimento desta, ou seja, o livro carrega, segundo a própria nota direcionada ao “leitor” ou ao aluno, a intencionalidade de promover a leitura, a correta interpretação desta e uma breve explicação de como o professor deve despertar o interesse das crianças

com interrogativas acerca do próprio trecho lido. “É por isso que recomendamos instantaneamente ao professor os exercícios de interpretação, que têm por fim aguçar a inteligência do aluno, despertando-lhe a compreensão, ainda morosa, da leitura feita.” (GALHARDO, 1938, p. 8).

O livro didático em foco não pretende proporcionar ao aluno uma visão mais crítica, analítica e reflexiva da realidade, mesmo que apareça de modo mais brando, por se tratar de obra direcionada às crianças. Em muitas de suas falas, age ao contrário, extirpa qualquer forma de questionamento por parte do aluno por meio de um método cristalizado, no qual as vozes ativas são do autor e do professor em sala de aula; a bagagem da criança não interfere em sua utilização, eliminando uma cultura particular, no caso, vinda da família. A escola é mais um meio de imposição social e cultural do que de criação intelectual, não havendo diálogo e questionamento que leve a uma ideia mais madura entre o aluno e o professor. O diálogo existente apenas reforça os preceitos contidos no livro, recebidos por meio da leitura.

O conteúdo do livro está difuso em 126 páginas e dividido em 40 capítulos compostos de imagens, orações e contos, ou seja, pequenas narrativas, breves e concisas, inseridas na vida cotidiana com suas cenas, contendo apenas um drama, um único conflito e única ação (MOISÉS, 2004, p. 87-88), manifesta em linguagem de fácil leitura, interpretação e memorização, com muitos diálogos curtos entre crianças e adultos (pais, professores, etc.). Consoante Galhardo, os “pequenos contos deste livro, [...] na própria linguagem da infância”, escritos “em linguagem familiar brasileira, algumas vezes até com sacrifício, embora pequeno, do rigor gramatical”, pertencem à série iniciada por sua “*Cartilha da Infância*, que tão bem aceita foi pelas mães de família e pelo professorado público”, visando “prestar algum serviço ao ensino dos [seus] pequenos patriotas” e dar prosseguimento à “renascença da instrução popular” (GALHARDO, 1938, p. 8-10). Nesses capítulos, em sua maior parte, enfatiza-se a obediência civil, a preocupação com a educação, a saúde e o culto ao trabalho: “Vê o valor do trabalho: - aqueceste o corpo, despertaste o apetite e puseste em ordem a varanda. O trabalho é a base de nossa felicidade.” (GALHARDO, 1938, p.22).

Como a principal ferramenta com a qual a criança passa a ter contato fora âmbito familiar, para se orientar na vida prática, o livro didático, bem como o ambiente de ensino, a escola, se tornam objetos e espaços de sua formação como ser social e cultural, ocupando o lugar da pureza e da ingenuidade natural. Por intermédio dos livros escolares a sociedade é introduzida no leitor, ensinamentos e orientações de suma importância são aí veiculados e aprendidos, pois, por meio de suas historietas, a criança fica marcada por toda sua existência como indivíduo e como membro de uma sociedade. Nesse cenário, de formação do ser social, cultural e histórico, se encontra um imenso círculo de interesses, um deles composto por parte dos intelectuais que produzem os materiais educativos.

no Brasil, escrever para crianças, desde o início da República, além de lucrativo, passou a ter uma certa aura de “arte engajada”, senão em projetos políticos

específicos, como os de antes e depois da Era Vargas, certamente nos de uma política cultural que não era só de governos, mas também da própria intelectualidade, ainda que não de forma articulada ou programada. (GOMES, 2003, p. 122).

Outra instituição da sociedade que se beneficia com o livro didático é o Estado, como já indicado, pois a obra apresenta-se carregada de nacionalismo, patriotismo e moralismo ferrenhos, diretamente ligados aos interesses dos governos, que, por meio de órgãos oficiais específicos, como a Comissão Nacional do Livro Didático, responsável pelo material a ser utilizado como livro educativo nas escolas, controla sua produção e circulação, ou seja, é uma arma fundamental para uma estruturação social de acordo com os interesses e as motivações do Estado.

3 | AS LIÇÕES DO *SEGUNDO LIVRO DE LEITURA PARA A INFÂNCIA*

Em relação à questão do trabalho, tema tão presente no livro, analisaremos três contos, em específico, por nós escolhidos, intitulados: “O trabalho”, “A verdade” e “A lavoura”. Os contos, pequenas narrativas, têm enfoque centrado na honradez do trabalho braçal, no caso, o trabalho com a enxada, e no trabalhador que a enverga, criando variações morais acerca do respeito, da verdade e da altivez de ações produtivas honestas. Existe uma interligação e continuidade entre as três histórias, embora estas não figurem de forma sequencial, mas intercaladas por outras narrativas. Consoante Galhardo (1938p. 10), “As historietas deste livro, muitas das quais vão se desenvolvendo gradualmente, de propósito, para prender a irrequieta atenção dos alunos e habituá-los a ligar ideias”, como já dito, visavam prestar um serviço ao ensino de seus pequenos compatriotas.

Na primeira narrativa, “O trabalho”, um trabalhador braçal é ridicularizado em uma sala de aula, e tal ação fez com que os alunos fossem castigados, primeiramente, com a retenção da saída para o recreio. Joaquim, que é um aluno figurado como modelo, pois descrito como “um menino estudioso, obediente e muito comportado”, recebe uma bronca de seu pai, “um advogado muito inteligente e honrado, um bom modelo a ser imitado por todos” (GALHARDO, 1938, p.46-47), devido à atitude de deboche em relação ao trabalhador que entrara na sala de aula para matricular uma criança. Neste conto, Galhardo (1938, p. 48), por meio da voz do professor, que conversa com seus alunos, assinala a necessidade de respeitar e ter consideração com os que vivem do trabalho honesto: “_ Acabam de ter um mau procedimento. Os meios de vida, quando são honestos, merecem o respeito de todos. Em castigo da má ação que praticaram não há recreio hoje.” Finalizando a pequena narrativa, figura a máxima: “Respeito e consideração aos que vivem do trabalho honesto.” (GALHARDO, 1938, p.48).

No segundo conto, “A verdade”, que contém o desenvolvimento gradual do drama, Joaquim retoma o diálogo com seu pai, e confessa ter tomado “parte do mau procedimento” na escola “quando desrespeitaram o trabalhador de enxada”. Seu pai o repreende por sua conduta de desrespeito àquele sujeito _ “A educação que te dou

obriga-te ao respeito para com todos” (GALHARDO, 1938, p.62) __, mas o parabeniza por ter contado a verdade acerca de acompanhar os outros colegas de sala na risada: “_ Bem, meu filho, estou contente porque disseste a verdade, ainda mesmo contra ti. Não manches tua boca com a mentira. Diga sempre a verdade, embora contra ti. Quem mente nunca pode ser um homem de bem.” (GALHARDO, 1938, p.63).

O pai de Joaquim, como já dito, um advogado respeitado, dá mérito e relevo ao trabalho braçal citando, a seguir, o avô do estudante, que trabalhou na enxada para proporcionar o estudo que seu pai tinha hoje: “_ Teu avô foi um trabalhador de enxada, que trabalhava de sol a sol no cultivo da terra. Com seu trabalho pode educar os filhos. Si hoje eu sou formado e tenho uma posição bonita na sociedade, devo-o ao pobre trabalhador de enxada.” (GALHARDO, 1938, p.63-64). Dessa forma, reafirma a importância do trabalho e da verdade na vida do cidadão de bem; enfatiza que através do trabalho se conquista uma vida feliz e realizada, uma boa posição na sociedade.

O terceiro conto, “A lavoura”, remete à atitude educativa tomada pelo professor a respeito da zombaria realizada pelos pequenos. Ele mandou comprar umas enxadas pequenas e ordenou que todos os seus alunos trabalhassem na horta da escola, a fim de custear materiais para as crianças mais carentes. O pai de Joaquim, dando prosseguimento a seu discurso edificante e moralizante, mostra a ele a importância da lavoura, do trabalhador que nela se mantém e que produz a riqueza da nação, num contexto em que a economia brasileira dependia da agricultura e pautava-se nos produtos agrícolas para exportação (SKIDMORE, 2010, p.73):

Nós devemos procurar todos os meios de honrar e elevar o trabalho, porque o trabalho é tão necessário á vida como o ar que respiramos. E atende: - A lavoura, a produção das terras, é a base da nossa fortuna. Sem a lavoura o nosso Brasil nada seria. Todos esses palácios, todas as nossas estradas de ferro, esse movimento, essa animação, que observas nos lugares mais insignificantes do país, tudo repousa na lavoura. [...] A lavoura é a base da fortuna pública; a lavoura é a base da fortuna particular. (GALHARDO, 1938, p.86).

Se a mensagem já se mostrava clara, ela foi, ainda, reforçada no término da narrativa: “Nunca te lembres de menosprezar o trabalhador honesto, porque si queres ser feliz, precisas também ser trabalhador e ser honesto. Meu filho, Deus ajuda quem trabalha.” E, findando a lição, a mensagem moralizante: “Honra ao trabalho.” (GALHARDO, 1938, p.86).

Em todos os três contos, é evidente o culto e a valorização ao trabalho, à honestidade, à verdade. As ideias são apresentadas de forma que nos levam ao entendimento de que a vida plena só é conquistada pelo trabalho, seus méritos darão a garantia de uma vida próspera e bem posicionada. Este tipo de lição tem claro propósito moralizante em sua finalidade e indica uma concepção ideológica de mundo e sociedade, do trabalho. Em 1938, o livro didático já se encontrava na sua quinquagésima nona edição, ou seja, sua escrita antecede a era Vargas, ocorrendo na Primeira República (1889-1930). Segundo Skidmore (2010, p. 73):

Na República Velha, a economia brasileira dependia de alto grau de alguns produtos agrícolas – café, cacau, algodão e borracha. O Brasil exportava esses produtos, e usava os resultados das trocas cambiais para importar quase todos os produtos manufaturados de consumo interno.

Um dos fatores de tal ideologização do trabalho advindo da “enxada”, como digno de respeito, e a importância de se manter esse tipo de concepção, advém, de certa forma, de seu favorecimento à elite latifundiária, que estava à frente e controlava a economia brasileira, “cuja educação vinha, até então, sendo pautada nos valores e padrões da velha mentalidade aristocrático-rural” (RIBEIRO, 1993, p.18). O ideal de trabalhador honesto, que conquista sua existência e garante sua vida por meio da dureza do trabalho braçal, perdurou também durante o regime de Vargas, que, apesar de certo investimento na indústria e distanciamento do trabalho agrícola, necessitava também de mão de obra disciplinada e ordeira. Portanto, o discurso enaltecido do trabalho e do trabalhador se encaixa nesse contexto, valorizando o perfil de um trabalhador que tem fé no trabalho por ele realizado e que expressa uma atitude e postura servil. Evidenciando certo confronto entre campo e cidade, a lição “Predileções” apresenta dois meninos conversando e expondo suas visões ao redor dessas duas realidades. Um morador da cidade e outro do campo, e cada um deles valorizando seu modo e lugar de vida. Porém, por fim, apontando uma conciliação e convivência desses modos e realidades diversos, desde que permeados pela honestidade, temos a assertiva: “Amar o meio honesto em que se vive.” (GALHARDO, 1938, p. 31).

A higiene também é um dos temas presentes e enfatizados no livro e está em sintonia com as preocupações políticas de higienização do momento e daquele antecedente. No conto “O asseio”, Amélia é repreendida por sua mãe por querer tomar o café antes de realizar os devidos asseios corporais matinais. Indicando o viés religioso e católico do empreendimento escolar, a mãe, primeiramente, passa-lhe uma lição referente à religiosidade e ao cumprimento das crianças devido aos pais: “Deves, antes de tudo, fazer uma prece ao teu Criador e depois uma saudação a teus pais.” (GALHARDO, 1938, p.52). Assim, nota-se que a religiosidade e a obediência aos pais se fazem presentes desde a infância. Depois dessas formalidades iniciais, é prescrito que se deve praticar uma higienização matinal, indicando a preocupação com o corpo e sua saúde, pois objetos que agiam no futuro da força de trabalho e da economia: “Em seguida deves lavar as mãos, o rosto, pescoço e as orelhas, escovar os dentes e pentear os cabelos.” (GALHARDO, 1938, p.52). E, por último, após todas essas etapas cumpridas, poder-se-ia tomar o café da manhã. Eram práticas que deveriam tornar-se hábitos, que caberiam ser reproduzidas diariamente ao iniciar o dia. A mãe educadora fala da importância desses hábitos de asseio para se desfrutar da condição de uma vida saudável: “tu não sabes, meu amor, que o asseio é uma condição para a saúde?” (GALHARDO, 1938, p.53).

Tais práticas de saúde e higiene social tornaram-se interesse dos poderes públicos: “a saúde como questão social, nos anos 20, insere-se em uma gama de

aspirações que apontavam para o fortalecimento do Estado como forma de resolução dos problemas nacionais” (SANDES, 2002, p.32). Mas, desde final do século XIX, onde a comunidade médica passou a ter maior presença e abrangência social, a saúde do homem trabalhador e servil já era foco de interesse político e econômico, pois a mão de obra doente e enfraquecida não produz o que deveria, não rende no trabalho, e pode levar à invalidez ou à morte. Isso não era desejo e nem vantajoso do ponto de vista econômico e político.

Esse interesse pela saúde pública ficou cada vez mais evidente e se tem um reforço dessas ideias nos livros escolares, educativos. O livro didático, assim, torna-se um tipo de instrumento de ação que visa à aplicação de algumas ideias de saúde pública, sendo este um dos motivos dele perdurar com tais ideais por um período de tempo tão longo, passando por diversas etapas da história política e econômica do Brasil. Ele sempre estava de acordo com muitos interesses mercantis e políticos referentes às áreas sociais, mas, durante a década de 20, com a criação de órgãos responsáveis pela educação e saúde, esta ideia foi reforçada mediante ações públicas diretas, como ressalta Sandes (2002, p. 25): “o médico desempenhou um importante papel nessa nova sociedade, estendendo seu olhar para o interior da vida familiar, organizando e sugerindo a adoção de novos hábitos e medicamentos”. Ele passou a ser a forma direta de aplicação dessa nova política e o livro uma segunda via de intervenção social e cultural.

Galhardo apresenta outros contos em relação à saúde dos indivíduos, como “Água potável”, em que, também, se enfatizam os cuidados com a saúde e o saneamento (GALHARDO, 1938, p.17-18). Essas questões estavam presentes nas ações do governo preocupado com o bem estar da população, de modo geral, e, sobretudo, como força de trabalho: “sanear significava remover os agentes etiológicos causadores de epidemias que afetavam negativamente a dinâmica das nossas atividades agroexportadoras” (SANDES, 2002, p.27-28).

O livro, de forma geral, como já mencionado, traz extensa apologia ao trabalho, bem como à escola e ao estudo, que são figurados como “lançando ondas de luz” e de alegria na vida das pessoas, como também o faz com o trabalho a que se “entoa um hino”, sejam nas salas nobres, nas oficinas, nas matas, nos mares e nos campos (GALHARDO, 1938, p. 11-13). A escola, como irradiadora de luz e da leitura, figura ainda na lição “O movimento da rua”, na qual um menino pequeno, vendo tantas crianças em uma via pública, considera-as “como si já fossem homens” e que estavam indo para escola, recebendo de sua mãe a assertiva: “Todos procuram a luz, meu filho; só tu queres ficar em casa como um morcego, pois anda não te lembraste da escola.” E, diante de tal, dele ouviu: “ _ Quero também aprender a ler.” (GALHARDO, 1938, p. 25-26).

Nesse sentido e contexto, na lição “O manhoso”, somos apresentados a Alberto, um pequeno “muito manhoso”, que levava o tempo “manhosando”, ao passo que “poderia aproveitar estudando” e, assim, se tornar em figura respeitada por todos.

Isto, até que ele recebeu um conselho, pois “um bom conselho vale mais que muitos castigos”: “Quando todos te respeitarem pelas tuas boas lições, ninguém mais te dará o nome de _ *manteiga derretida*.” Mudança essa apontada ao fim da lição, quando se indica que ele “seguiu o conselho e em breve tempo galgou o primeiro lugar na escola”. (GALHARDO, 1938, p. 14-16, grifos do autor).

Essa historietta tem prosseguimento na lição “Transformação”, na qual “o *manteiga derretida*, que sempre andava a chorar”, já aparece como “um bom menino” que “não faz mais do que estudar.” Assim, ele “ensina a todos na escola, parece até professor: [...] sempre bom trabalhador”, só se ocupando das lições e estando “livre de sofrer repreensões”, tudo devido aos conselhos recebidos que fizeram nele “tão geral transformação.” (GALHARDO, 1938, p. 38-39, grifos do autor). O mesmo processo de mudança é figurado em relação a um menino definido como “O descuidado”, “buliçoso e lambisqueiro”, que “nada ouvia”, mas que aparece em duas lições posteriores, “A honradez” e “O dever”, como já sendo “comportado”, pois seu pai o matriculara em uma “escola-modelo, onde tinha feito grandes progressos nos estudos, e, por isso, era considerado como um dos primeiros alunos”, visto que “não se desviava do caminho da escola para brincar ou para distrair [...]”, tendo postura e atitudes exemplares, como “não se apropriar do alheio”, como de uma carteira que achara na rua (GALHARDO, 1938, p. 23-24, 65-67).

Dessa forma, seu procedimento foi valorado como “digno de elogios, conquanto ele não tivesse feito senão o seu dever.” Conforme as palavras do diretor da escola, relativas a essa ação, “o maior bem que se possui no mundo é a honradez”, devendo sempre se cumprir com “o teu dever, ainda que te custe a própria vida.” (GALHARDO, 1938, p. 82-84). Nessa esfera dos deveres, o conto “Quinze de novembro” traz “outro dever imperioso a cumprir”, que é “saudar o presidente do Estado e assistir às festas” cívicas, como da Proclamação da República: “_ [...] um grande dia de festa nacional” (GALHARDO, 1938, p. 105-107). Civismo este que figura, ainda, na narrativa “Gonçalves Dias”, na qual a poesia “Canção do exílio” é considerada como sendo o legado do poeta “à sua pátria”, “monumento imperecível de seus trabalhos poéticos”, de onde se aprende “a amar e honrar a tua pátria, que é um grande e belo país, mas que muito precisa ainda do amor e do trabalho inteligente dos seus filhos.” (GALHARDO, 1938, p. 95-96).

Portanto, o “menino peralta” e “muito buliçoso”, que “não obedecia aos mandos de seu pai, não ouvia os conselhos de sua mãe”, após seu processo de transformação, de enquadramento e disciplinarização, associado a sua presença numa “escola-modelo”, aparece na lição final, “Última cena”, possuindo um destino feliz: “_ Mário foi muito feliz e viveu cercado da estima e consideração dos homens de bem”. (GALHARDO, 1938, p. 19-20, 126).

Mas não foram apenas os meninos objeto de investimento simbólico de modo a torná-los cidadãos de bem. As meninas também figuram em várias lições, igualmente moralizantes, mas voltadas para sua formação como donas de casa. Na lição “O frio”,

a mãe prescreve à filha, que reclama de sentir frio, “um remédio, que aquece o corpo num instante”, ao mandá-la pegar a vassoura, varrer a varanda e, depois, arrumar a louça no armário e as cadeiras. Por fim, dizendo: “_ O remédio já tu o tomaste. Foi o exercício que fizeste. Vê o valor do trabalho: _ aqueceste o corpo, despertaste o apetite e puseste em ordem a varanda. O trabalho é a base da nossa felicidade”. O intento da lição era “Habituar a infância a amar o trabalho.” (GALHARDO, 1938, p.21-22). Na historieta “O tesoureiro”, em que figura outra menina e sua mãe a moral da lição é: “Extinguir as superstições e credices, ainda as mais inocentes” (GALHARDO, 1938, p.34). Já em “A esmola”, igualmente representando a conversa de uma mãe com sua filha, a prescrição é: “Premiar as boas ações. Acordar e estimular os sentimentos generosos na infância” (GALHARDO, 1938, p.37). Em “A boneca de Judite”, encontramos uma apologia ao zelo. O ensinamento é: “cada falta de cuidado ou de zelo corresponde a um desgosto ou a uma aflição.” (GALHARDO, 1938, p.58).

No conto “Laura”, a preleção é, ainda, para a “Educação doméstica da verdadeira dona de casa”, prescrevendo o varrer da sala, pôr flores mimosas nas jarras, o tapete ao sol, “e, enquanto descansas”, ver os livros e preparar as lições escolares. Foi assim que “Laura tinha-se habituado ao trabalho e à ordem”, fazendo as lições com antecedência, arrumando a cozinha... pois conforme sua mãe:

_ Filha, ainda não sabes nada. Por enquanto deves ocupar o teu tempo com as tuas lições e com as obrigações leves, que te dei. Mais tarde te ensinarei o que pertence à cozinha. Atende: _ uma moça bem educada deve saber entrar na cozinha com o mesmo desembaraço e distinção com que entra numa sala de visitas. Saber o que é honesto não desdoura a ninguém; e para saber mandar é preciso que se conheça o que se manda. (GALHARDO, 1938, p.68-70).

Em “Vaidade”, a questão vai além do “cuidado que deves ter todos os dias de manhã” com o corpo, como já mencionado ao tratar do conto “Asseio”. É uma ação para “combater o luxo e a vaidade”, condenando-os. Desse modo, se vê como negativa a figura de moças que se pintam (“moça pintada, só pintada no papel”) e se valoriza o asseio, mas não a vaidade (“Sê asseada, mas não vaidosa, que é cousa diferente”), pois “o que é falso não pode ser bonito”, devendo a infante fugir da vaidade e do luxo, sendo “boa, meiga e simples”, o que não precisa “nem de pó de arroz, nem de pomadas, nem de sedas e nem de veludos.” (GALHARDO, 1938, p.71-3). Nesse sentido, o “Desmazelo” e o descuido também são condenados, ao se ponderar que “quem não conserva não tem”. (GALHARDO, 1938, p.75-6). Em “A ordem”, encontramos também mais um conselho materno a uma menina, com a prescrição: “A ordem economiza”. Isto para orientar que se deve ter cuidado com os bens pessoais, escovas, pentes, chapéus... bem como com o livros. A lição é ainda: “A falta de ordem é muito prejudicial”, faz perder tempo e estraga ou inutiliza os objetos que se possui. (GALHARDO, 1938, p. 98-99).

Ordem e normas sociais que buscavam impor um controle à família e seus membros, cabendo à mulher o cuidado com a saúde desta e seu bem estar. Como donas de casa lhes caberia o controle dos mandamentos da higiene doméstica e em

relação à infância (COSTA, 1979). Esses aspectos formam as bases de discursos variados com prescrições normativas, de afirmações e reafirmações de funções, papéis de homens e mulheres, cujo programa concentrou suas atenções na família e na cidade, visando desenvolver práticas sociais que se adaptassem à sociedade moderna e urbana. O higienismo criou prescrições para orientar e ordenar a vida, em seus mais diversos aspectos, no trabalho, no domicílio, na família, nos corpos. E a educação feminina tornava-se o baluarte da moral social, devendo as normas ser transmitidas pelas mães às filhas (MATOS, 2003, p. 110).

Dessa maneira, as orientações práticas à vida em sociedade, presentes no livro, abrangem uma gama de ideias em comum acordo com a construção de uma sociedade saudável, moralmente formada, com conceitos religiosos e familiares; uma sociedade que valoriza a pátria e é composta por sujeitos honestos e trabalhadores, pois o trabalho é atividade que dignifica seus praticantes. O livro é perpassado por esses preceitos moralizantes que visavam manter a paz social e, supostamente, um bem-estar, um corpo social no qual, em que sendo honesto e trabalhador e, de acordo com as regras, se consegue sanar seus anseios materiais e emocionais.

Nesse sentido, o livro recrimina a preguiça, a mentira, a desonestidade, a credice, o desmazelo, oferecendo e cobrando da criança noções de uma realidade social disciplinada e instruindo-as para uma cidadania exemplar.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por conseguinte, esse livro didático é um material histórico valioso, pois nos permite compreender as relações estabelecidas entre os indivíduos e a política, e nos possibilita entender alguns procedimentos inerentes à constituição da sociedade brasileira, a base sobre a qual as pessoas foram educadas e formadas, conforme seu gênero. E isto nos esclarece, até mesmo, as questões políticas e sociais, as quais vivenciamos no cenário atual.

O livro didático pesquisado, possuidor de densa carga e posicionamento disciplinar, e de construção moral, constituiu em veículo que o Estado dispôs a fim de estabelecer uma certa estruturação social, dada por meio de seu conteúdo. Ele prega uma sociedade disciplinar e ordeira triunfante, onde indivíduos que se orgulham do trabalho e conformam a seus critérios de obediência social, como a honestidade e a seriedade frente as suas funções como trabalhadores. Seres que triunfariam em suas vidas, atingindo e conquistando um futuro de bonança, que os aguardava, caso se ativessem a tais ditames. Assim, o discurso nacionalista também se faz presente, com intuito de produzir e incentivar o amor à pátria e ao próprio governo. Ideias acerca da saúde pública, com interesses voltados à esfera econômica, em que os menos favorecidos, como os trabalhadores braçais, sentem-se representados, permeiam o texto. O livro carrega em si conteúdos favoráveis à formação de um modelo de sociedade pacífica e ordeira. Essa ideologia é claramente exposta e não se encontra

nenhuma escrita direcionada a uma posição crítica à política e à economia ou até mesmo ao governo, mesmo que seja simples, por se tratar de um livro voltado para a infância. Se o interesse didático fosse realmente de formação social ativa, de sujeitos atuantes na sociedade, de protagonistas de suas histórias, o livro traria um mínimo de inquietação a ser levada e passada as crianças e à sociedade.

Esse processo, percebido por meio do livro didático, empreendia uma educação restrita, em seus conteúdos mais importantes, para formação de um indivíduo ativo e atuante socialmente. Isto é notável no estudo historiográfico aqui realizado por meio do *Segundo Livro de Leitura para a Infância*, pois se vê a busca de formação de indivíduos que carregam esta bagagem, este capital cultural adquirido pelo ensino escolar e aprendizado pautado em conceitos morais, trabalhistas, patrióticos e patriarcais, com interesses políticos.

REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, Mariana Aparecida. **Estudos preliminares sobre cartilhas produzidas na década de 30 e seus métodos de alfabetização**. 2012. 92 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2012.

BLOCH, M. **Apologia da História**: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Valdeci R. Literatura e pesquisa histórica. **Letras & Letras**, Uberlândia, UFU, v. 12, n.1, p. 191-217, jan./jun. 1996.

CAPELATO, Maria Helena Rolin, Ensino primário franquista: os livros escolares como instrumento de doutrinação infantil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 29, p.117-143, 2009.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CORREA, Rosa Lydia Teixeira, O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação. **Cadernos Cedex**, ano XX, n. 52, nov. 2000.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

DUBY, Georges. **Idade Média, Idade dos Homens** - do amor e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 125- 130.

DURAND, Gilbert. **As Estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 61-91.

GAETA, Maria Ap. J. V. Práticas de representação: visões de infância em manuais para o ensino das primeiras letras. In: CONGRESSO BRASILEIRO HISTÓRIA EDUCAÇÃO, 3. **Anais...** Curitiba: PUCR/PR, 2004. Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/298.pdf>fev. 13.

GOMES, Ângela de Castro. As aventuras de Tibicuera: literatura infantil, história do Brasil e política cultural na Era Vargas. **Revista USP**, São Paulo, n. 59, p.116-133, 2003.

GALHARDO, Thomaz. **Segundo Livro de Leitura para a infância: na escola e no lar**. 59 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1938.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2 ed. Campinas – SP: Papyrus, 1986.

MATOS, Maria Izilda S. de. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico. In: _____; SOIHET, Rachel. **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003. p. 107-127.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Cultrix, 2004.

MORIN, Edgar. **Cultura de Massa no século XX - O espírito do tempo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História e História Cultural**. B. Horizonte: Autêntica, 2004.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paideia**, Ribeirão Preto, FFCLRP – USP, n. 4, p. 15-30, 1993.

RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1997. T. 3.

SANDES, Noé Freire. **Nação, políticas de saúde e identidade (1920-1960)**. Goiânia: Editora da UFG, 2002.

SANTOS, Luana Grazielle dos. Um estudo sobre a cartilha da infância (188?), de Thomaz Galhardo. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, Marília, v. 7, n. 3, p. 332-342, 2007.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VAZ, Aline Choucair. **A escola em tempos de festa: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo**. 2006. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação: UFMG, Belo Horizonte, 2006. Disponível em:< http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/hiseduminas/disserts/disser_alinechoucair.pdf.> Acesso em: 13 fev. 2016.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-100-8

